

CONTRA A AUSTERIDADE: EMPREGO E DIREITOS

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL 11/1/2015



1. REPÚDIO POR UM CRIME

O assassinato de 12 pessoas, entre as quais desenhadores e jornalistas do Charlie Hebdo, é um ato de terror contra a liberdade de imprensa, contra as pessoas e um atentado contra todos os que no mundo inteiro lutam pela paz. O Bloco de Esquerda condena todas as relativizações deste crime e associa-se a todos os que prontamente o condenaram, desde jornalistas e humoristas de todo o mundo, passando pelos milhões de cidadãos que saíram à rua para mostrar a sua indignação. A única forma de fazer justiça às vítimas deste crime é defender a liberdade, combatendo todas as formas de ódio e discriminação, incluindo a islamofobia.

2. UM ANO DECISIVO PARA ACABAR COM A AUSTERIDADE

Desde a crise financeira de 2008 que a austeridade é imposta como via única a todos os povos da Europa. Cortes no rendimento do trabalho e nas funções do Estado para alimentar um sistema financeiro em colapsos sucessivos mas com ganhos crescentes. A austeridade é imposta por acordo europeu entre os Partidos da direita e os Partidos Socialistas, e ataca a democracia: os povos perdem capacidade de decisão, tanto pelo crescente poder de entidades sem legitimidade democrática (BCE, FMI) ou criadas ad hoc (troikas), como pela privatização de setores estratégicos. Hoje está à vista que a austeridade está a criar crises humanitárias na periferia da zona euro, que a dívida soberana desses países continua a subir e que são destruídos os direitos laborais e sociais um pouco por toda a Europa. A aprovação do Tratado Orçamental ameaça com a eternização deste caminho.

Pela primeira vez em 80 anos, a Europa apresenta uma inflação negativa, aproximando-se perigosamente da deflação. A quebra generalizada dos preços prejudica ainda mais o consumo e o investimento, e por isso castiga os salários e o emprego. A quebra generalizada dos preços aumenta o peso da dívida em todos os orçamentos das famílias e dos países. A austeridade entregou a Europa na armadilha da deflação, e em deflação não pode haver recuperação económica.

3. A MUDANÇA NA GRÉCIA PODE SER A MUDANÇA NA EUROPA

A Grécia irá a votos já a 25 de janeiro e o Syriza pode vencer as eleições. A acontecer esta vitória e uma mudança efetiva no governo da Grécia, estaremos perante um confronto decisivo na Europa. Neste difícil confronto reside a possibilidade de resgatar a democracia. Pela primeira vez, o Conselho Europeu teria uma voz pelo fim da austeridade e os credores internacionais seriam confrontados com a determinação de um país europeu na reestruturação da sua dívida soberana. A chantagem para impedir a livre decisão do povo grego não se fez esperar; instituições europeias, FMI, governo alemão e mercados financeiros ameaçam com corte de financiamento e descalabro económico. Uma vitória do Syriza aumentará essas pressões. Um futuro governo de esquerda grego necessitará de um intenso movimento de apoio interno, europeu e internacional. Por isso mesmo nos empenhámos no Manifesto Europeu de apoio ao Syriza e organizámos sessões de solidariedade com o povo grego.

O Bloco de Esquerda empenha-se na defesa da liberdade de decisão do povo grego e apoia ativamente o Syriza, que abre hoje a hipótese de mudança na Europa.

4. ANO DE DECISÕES TAMBÉM EM PORTUGAL

As eleições legislativas marcarão o fim do mais destruidor governo da história da democracia portuguesa. Durante os últimos anos, a direita atacou salários, pensões e prestações sociais através de cortes sociais e aumento de impostos e aumentou o horário de trabalho e o tempo para a reforma, intensificando a exploração laboral. Ao mesmo tempo, baixou os impostos sobre as grandes empresas e privatizou empresas estratégicas ao desbarato – pretendo ainda privatizar outras, como são exemplo a TAP e a EMEF - proporcionando negócios de favor e prejuízos incalculáveis para o interesse público.

Durante estes anos, o desemprego e a pobreza (contabilizados e escondidos) dispararam ao ponto

de a ONU ter sido forçada a pronunciar-se especificamente sobre a situação humanitária em Portugal, responsabilizando as políticas de austeridade. Centenas de milhares de portugueses foram forçados a emigrar, privando o país de competências e capacidade de trabalho e desestruturando famílias e comunidades.

Neste contexto de crise social aguda, o Governo atacou todas as instituições do Estado Social. Os cortes na saúde e educação públicas, por exemplo, contrastam com o aumento das formas de financiamento encapotado aos privados, apenas acessíveis a uma pequena parte da população.

É hoje visível de forma flagrante os efeitos da austeridade na prestação de cuidados de saúde. O Serviço Nacional de Saúde, conquista fundamental da democracia, apesar do esforço dos seus profissionais, sucumbe à lógica privatizadora dos negócios. As urgências entupidas dos hospitais são o resultado de uma política premeditada de estrangulamento e desarticulação. O Bloco está ao lado dos utentes e seus familiares na denúncia de todas as situações onde o direito à vida e aos cuidados de saúde é posto em causa.

O Bloco de Esquerda condena e rejeita as persistentes tentativas de Cavaco Silva de condicionar o voto livre dos portugueses nas próximas eleições legislativas e a composição política do Governo que de lá venha a resultar.

O Presidente da República tem atuado como padrinho do Governo PSD/CDS mas não pode agora ser o padrinho eleitoral da coligação de direita para garantir, nos próximos anos, e já depois de concluído o seu mandato, a continuidade da política de austeridade.

5. NA RUA CONTRA A AUSTERIDADE

Em 2015, é responsabilidade da esquerda derrotar esta política. Isso significa que só há verdadeira derrota da direita com o fim da austeridade. Nesse sentido, o Bloco lança uma campanha nacional de combate à austeridade e ao empobrecimento do país, assente nas principais propostas para a construção de uma alternativa urgente. Essa campanha incluirá uma petição à Assembleia da República pela desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental. A manutenção deste compromisso, firmado pelo PS, PSD e CDS, é a certeza da continu-

ação futura da política de austeridade. Com esta petição, o Bloco de Esquerda estará na rua em ações de esclarecimento, pelo fim da austeridade e pela rejeição do Tratado Orçamental que ameaça eternizá-la.

A Mesa Nacional apela a todas as estruturas locais e setoriais que se empenhem no envolvimento direto dos aderentes na preparação e concretização desta campanha, em toda as suas fases. A degradação da educação não pára! A juntar a toda a desqualificação da escola pública, avança um processo de municipalização obscuro que exige ao Bloco a sua firme oposição e combate.

As famílias, os/as professores/as e toda a comunidade educativa precisam de um grande apoio contra estas medidas que prejudicam ainda mais a educação. Na luta contra o desemprego, faremos uma campanha que lance o debate sobre a diminuição do horário de trabalho para as “35 horas, emprego para todos/as” e leve o Bloco à comemoração do dia do/a Trabalhador/a.

6. TEMPO DE ESCOLHAS CLARAS

Todas as forças de oposição são chamadas a apresentar soluções e a fazer escolhas. O país foi devastado pelo governo das direitas, mas deve recusar também novos cheques em branco. É condição para o exercício da democracia os eleitores conhecerem as intenções precisas de quem se candidata.

Na reunião de 5 de Janeiro com a direção do Partido Socialista, o Bloco de Esquerda questionou directamente o PS acerca de temas concretos e sobre escolhas para a governação: a eliminação da sobretaxa do IRS, a manutenção da TAP no Setor Empresarial do Estado, a reestruturação da dívida e a rejeição do Tratado Orçamental.

O Partido Socialista mantém um discurso de ambiguidade e silêncios ensurdecadores. Fala de alternativa, mas não avança com um elemento diferenciador claro. Critica as instituições europeias, mas adianta já que nada será feito sem o consentimento da Comissão, ou seja, do governo alemão. Pede aos portugueses uma maioria absoluta, mas nada diz de concreto sobre o que tenciona fazer depois de a conseguir.

Como sempre o fez, o Bloco procurará todas as convergências que contribuam para mudar positivamente a vida das pessoas, que façam valer os

seus direitos e concretizar as suas aspirações. Mas o PS não pode ser o centro de qualquer convergência à esquerda porque não defende uma política alternativa.

O Bloco reuniu também com o Partido Comunista Português e com a CGTP. Em ambas as reuniões, registámos importantes convergências, quer na crítica à política de austeridade, quer nos eixos centrais para uma política alternativa. O Bloco de Esquerda, como sempre, está disponível para alargar essa convergência, para dar todos os passos necessários na afirmação e construção de uma alternativa política de esquerda, capaz de influenciar e mudar o curso da política nacional.

Continuaremos a bater-nos pelos compromissos fundamentais que essa alternativa exige: devolução de tudo o que foi retirado aos salários e pensões, proteção do Estado Social, recuperação para a esfera pública do sector financeiro e outros setores estratégicos da economia, libertação do país da ditadura da dívida e do Tratado Orçamental. O Bloco assume o compromisso de fazer da construção do seu programa eleitoral um processo participativo e aberto a todas as pessoas que se revejam nessa alternativa necessária.

7. A CORRUPÇÃO É A DOENÇA DO ROTATIVISMO

A sucessão de casos em que a política – em particular os poderes governativos – e os negócios se confundiram e criaram entrelaçadas e complexas teias de interesses mútuos, fez com que hoje seja mais claro do que nunca para as/os portuguesas/es que a promiscuidade entre política e negócios é uma presença permanente na vida do país e não um epifenómeno ou uma mera sucessão ocasional de casos.

O descalabro do império Espírito Santo, a queda de Ricardo Salgado, o caso dos submarinos, o BPN, as PPP's, a promiscuidade e favorecimento para obras públicas nas autarquias e os “vistos gold” são alguns exemplos do casamento duradouro entre poder político e criminalidade financeiro.

Sendo certo que todos estes casos deram origem a processos, investigações e até, em alguns casos, condenações, isso não constitui inibição à corrupção. A corrupção é uma forma de acumulação de riqueza, uma instalada cultura de negócios e de enriquecimento obscuro de uma elite historicamente

favorecida pelos sucessivos governos e que se julga impune.

Resgatar a democracia portuguesa das amarras da promiscuidade implica obrigatoriamente combater os que foram habituados a sentirem-se donos do país. Esse combate implica acabar definitivamente com os “vistos gold”, os offshores e o sigilo bancário, devolver ao país o controlo sobre o seu sistema bancário, tirando aos banqueiros a capacidade de transferir os buracos da sua gestão ruinosa para os bolsos dos contribuintes, e criminalizar o enriquecimento ilícito.

Combater a corrupção é aprofundar a democracia, aumentar a transparência de todas as instituições públicas e promover a justiça social. Do sucesso desse processo resulta o fim do privilégio de poucos à custa da larga maioria da sociedade portuguesa. Por isso, o Bloco vai realizar uma iniciativa pública sobre corrupção, convidando especialistas, ativistas, grupos de intervenção e partidos políticos que estejam disponíveis para a integrar.